

Roriz depõe domingo em sua residência

O depoimento do governador do DF, Joaquim Roriz, à CPI do Orçamento foi marcado para o próximo domingo, às 10h. Será em Águas Claras, residência oficial do governador. O governador do Maranhão, Edison Lobão, ligou para o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho, e disse que está disposto a depor em Brasília. Ele vai combinar com o governador de Sergipe, João Alves, se eles irão para Brasília ou se uma comissão de integrantes da CPI viajará para seus estados a fim de ouvi-los. Roriz será ouvido por cinco integrantes da CPI (um de cada subcomissão) e pelo relator, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE).

Os governadores do PFL se recusavam a depor na condição de testemunhas ou indiciados com base na interdependência entre os poderes, garantida pela Constituição de 1988. O parecer preparado pelo jurista Manoel Ferreira Filho e a opinião escrita do jurista Saulo Ramos aconselham os governadores a não depor, sob o argumento de que não há, no Estado de Direito brasileiro, poder ilimitado.

Conforme o deputado Nelson Trad (PTB-MS), um dos parlamentares juristas que integram a CPI, os governadores não podiam ser convocados, pois este ato fere o princípio federativo. "E se o governador indagar à Assembléia Legislativa se pode ir depor e esta o impedir? Está criado mais um impasse jurídico", disse ele. O senador Josaphat Marinho (PFL-BA), também jurista, entende que se o governador não quiser comparecer à CPI, não haverá força jurídica capaz de arrastá-lo. Os governadores citados aceitaram depor na condição de convidados. Mesmo assim terão o chamado foro privilegiado. De acordo com o artigo 221 do Código de Processo Penal, desde que chamados, os governadores podem marcar local, dia e hora para seus depoimentos.

Por causa deste privilégio, os deputados Uldorico Pinto (PSB-BA) e José Luiz Maia (PPR-PI) conseguiram prestar depoimentos à CPI do Orçamento em horários e ocasiões em que ninguém havia se preparado para o interrogatório.